

**Ata nº 46 / XIII / 1.ª SL**

Aos vinte e três dias do mês de Setembro de 2016, pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiras, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

**Ordem do Dia (OD):**

**1. Apreciação e votação do Relatório da COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Reformar o Sistema Europeu Comum de Asilo e Melhorar as Vias de Entrada Legal na Europa - COM(2016) 197**

**Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO** que estabelece os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de proteção internacional apresentado num dos Estados-Membros por um nacional de um país terceiro ou por um apátrida (reformulação) - **COM(2016) 270**

**Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO** que cria a Agência da União Europeia para o Asilo e revoga o Regulamento (UE) n.º 439/2010 - **COM(2016) 271**

**Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO** relativo à criação do sistema «Eurodac» de comparação de impressões digitais para efeitos da aplicação efetiva do [Regulamento (UE) n.º 604/2013, que estabelece os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de pedidos de proteção internacional apresentados num dos Estados-Membros por nacionais de países terceiros ou apátridas], da identificação de nacionais de países terceiros ou apátridas em situação irregular, e de pedidos de comparação com os dados Eurodac apresentados pelas autoridades responsáveis dos Estados-Membros e pela Europol para fins de aplicação da lei que altera o Regulamento (UE) n.º 1077/2011 que cria uma Agência europeia para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no espaço de liberdade, segurança e justiça - **COM(2016) 272**

- **Deputado Relator:** Filipe Lobo d'Ávila - CDS-PP

**2. Outros assuntos**

Iniciados os trabalhos, dirigidos pelo Senhor **Vice-Presidente da Comissão, Deputado Carlos Alberto Gonçalves, começou este por dar** as boas-vindas aos restantes Deputados presentes, tendo concedido a palavra ao Senhor Deputado Filipe Lobo d'Ávila, para apresentação do seu Relatório.

#### **Ponto 1.**

Usando da palavra, o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)**, referiu, preliminarmente, no facto de não ter sido mencionada na última reunião da Comissão a necessidade de proceder com urgência à apresentação deste Relatório, lembrando que o prazo inicialmente previsto era 28 de setembro, data para a qual estava programada a apresentação. Assim e em tão curto espaço de tempo, não pôde dedicar-se a uma análise mais profunda da matéria, designadamente, no respeitante às questões do direito de asilo. Sublinhando ter optado por tratar a matéria num único Relatório, pese embora se tratasse de quatro diferentes iniciativas, justificando a sua opção com a evidente interconectividade entre as matérias, procedeu ao enquadrando genérico do quadro de circunstâncias europeias que motivaram as iniciativas em presença, cfr. se dá conta no Relatório integral apresentado, e que pode ser consultado [aqui](#).

A concluir, opinou no sentido de que *«Este conjunto de medidas vai no bom sentido, ao reforçar os mecanismos de solidariedade internos à União no tratamento de pedidos de asilo e no acolhimento de pessoas sob proteção humanitária. (...) Se a Europa não der estes passos, existirá um problema grave ao nível do SECA, porque os Estados Membros têm tomado medidas restritivas umas atrás das outras, tentando que o seu sistema de asilo nacional seja mais restritivo do que o do país vizinho, condicionando e limitando a escolha dos migrantes. Temos visto isso, até em países com uma tradição extraordinária de acolhimento. Se a Europa não for capaz de ultrapassar estas dificuldades de coordenação e não puser em cima da mesa um plano sério de resposta a montante e de organização deste movimento, devemos temer pelo sistema europeu de asilo e pelo espaço Schengen e por outros aspectos da construção europeia.»* Mais referiu, ainda, que *«(...) dada a magnitude dos desafios que decorrem das atuais pressões migratórias, consideramos que é este pacto de políticas representa uma partilha maior do esforço entre Estados-membros, pelo que saudamos a apresentação deste pacto legislativo.»*

**Intervieram os seguintes Senhores Deputados:**

**José Cesário (PSD) e Lara Martinho (PS)**, para saudarem o trabalho efetuado pelo Relator, dado até o curto espaço de tempo de que dispôs para a sua elaboração, numa temática da maior relevância.

**Carla Cruz (PCP)** que, em nome do seu Grupo Parlamentar, cumprimentou o Relator pelo trabalho realizado, sublinhando tratar-se de matéria merecedora da maior atenção com adequado espaço de discussão. Mais referiu possuir o PCP sérias dúvidas quanto ao conteúdo das iniciativas em presença, designadamente no concernente ao respeito pelo princípio da subsidiariedade, motivo pelo qual o PCP se irá abster na votação do Relatório, juntando a declaração de voto que seguidamente se transcreve:

*«O PCP demarca-se completamente dos pressupostos e dos conteúdos vertidos nas diversas propostas, na medida em que aprofundam os aspetos negativos da política de imigração da UE, ou seja, repressivo e seletivo.*

*Mais, as iniciativas contêm aspetos preocupantes pelo que constituem de condicionamento de liberdade e garantias essenciais, assim como violam convenções internacionais e desrespeitam o direito de proteção internacional de asilo.*

*Aqueles que tanto se autoproclamam defensores da liberdade são os primeiros a planificar a asfixia de direitos, liberdades e garantias individuais.*

*Por fim, as iniciativas em apreço podem violar o princípio da subsidiariedade.»*

**Paulo Neves (PSD)** para afirmar o princípio segundo o qual a legislação comunitária deve evitar contrariar as opções legislativas e políticas nacionais de cada Estado Membro.

**Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, que acompanhou o teor do Relatório sob análise, designadamente na abordagem que faz em sede de direitos, liberdades e garantias. Mais declarou não se identificar com o conteúdo das iniciativas em presença, por contrariarem liberdades essenciais.

**Isabel Santos (PS)** para solidarizar-se com o Relator relativamente ao pouco tempo de que dispôs para elaboração da peça em causa. Referiu possuir muitas reservas quanto ao sentido das iniciativas em análise, que se inserem num contexto de medidas que estão a ser tomadas pela União, cujo desfecho receia poder vir a ser contraproducente.

**Domicília Costa (BE)**, para cumprimentar o Relator pelo trabalho realizado e acompanhar o lamento sobre o encurtamento do prazo para elaboração do Relatório.

Interveio o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** para agradecer a solidariedade e compreensão demonstradas.

Submetido a votação, o Relatório foi aprovado por maioria dos votos expressos, tendo-se registado o voto contra o BE e a abstenção do PCP.

## **Ponto 2.**

Neste Ponto, interveio o Senhor **Deputado Jorge Moreira da Silva (PSD)** para atualizar a informação acerca do Acordo de Paris, alertando para o facto de o atraso na aprovação em Plenário desta matéria, agora transferido para 30 de setembro próximo, poder trazer consequências negativas para o interesse nacional, o que seria de lamentar, depois do esforço realizado pela Comissão no sentido de dar resposta ao pedido de urgência em tempo formulado pelo próprio Governo. Mais anunciou ter sido já ultrapassada a questão da necessidade de ratificação simultânea pelos diferentes Estados da União, facto que, pelo menos, não faz perigar a representação da própria União.

Tomou a palavra o Senhor **Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS)** para vincar a excentricidade desta situação, atento o facto de a aceleração do processo ter sido suscitada pelo próprio Ministério da tutela, tendo a Comissão, na parte que lhe competia, correspondido plenamente. Realçou que os Serviços se empenharam durante toda a semana para garantir que os interesses nacionais subjacentes não ficassem prejudicados, em relação próxima com o gabinete do senhor Presidente da Assembleia da República.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Vice-Presidente** declarou encerrada a reunião pelas 10 horas e vinte minutos.

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

[http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/2SL/COM/02\\_CNECP/CNECP\\_20160923.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/2SL/COM/02_CNECP/CNECP_20160923.mp3)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Palácio de S. Bento, 23 de setembro de 2016

**O Vice-Presidente da Comissão**

**(Carlos Alberto Gonçalves)**

### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões  
Carlos Alberto Gonçalves  
Carlos Páscoa Gonçalves  
Domicilia Costa  
Filipe Lobo D' Ávila  
Isabel Santos  
Jorge Moreira da Silva  
José Cesário  
Lara Martinho  
Nuno Magalhães  
Paula Teixeira da Cruz  
Paulo Neves  
Pedro Filipe Soares  
Porfírio Silva  
Sérgio Sousa Pinto  
Bruno Coimbra  
Carla Cruz  
Maria Augusta Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins  
Ângela Guerra  
Gabriela Canavilhas  
Joana Lima  
João Oliveira  
Paulo Pisco  
Ricardo Baptista Leite  
Sérgio Azevedo

---

**A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 18/10/2016.**